

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.313.624 - SP (2018/0151096-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : JOSE ORESTES STOFANELLI
ADVOGADO : LUPÉRCIO PEREZ JUNIOR - SP290383

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, na vigência do CPC/2015, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu seu Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"AGRAVO LEGAL. JULGAMENTO POR DECISÃO MONOCRÁTICA. ART. 557 DO CPC. REVISÃO. DATA DO INICIO DO BENEFÍCIO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. AGRAVO DO INSS IMPROVIDO E DO AUTOR PROVIDO.

1. A decisão monocrática ora vergastada foi proferida segundo as atribuições conferidas ao Relator do recurso pela Lei nº 9.756/98, que deu nova redação ao artigo 557 do Código de Processo Civil, ampliando seus poderes não só para indeferir o processamento de qualquer recurso (juízo de admissibilidade - caput), como para dar provimento a recurso quando a decisão se fizer em confronto com a jurisprudência dos Tribunais Superiores (juízo de mérito - § 1º - A). Não é inconstitucional o dispositivo.

2. O termo inicial da revisão do benefício previdenciário conta-se e calcula-se da data do requerimento administrativo, e não da citação ou da juntada aos autos do laudo pericial, observando-se a prescrição quinquenal, considerando os 5 anos que antecedem a propositura da presente ação, conforme entendimento jurisprudencial do egrégio Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo legal do autor provido e do INSS improvido" (fl. 225e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REITERAÇÃO. AUSENTES OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. INTUITO PROTETÓRIO. MULTA.

1. Ausentes as hipóteses do art. 1.022, do Código de Processo Civil/2015 a autorizar o provimento dos embargos de declaração.

2. A decisão embargada apreciou de forma clara e completa o mérito da causa, não apresentando qualquer obscuridade, contradição ou omissão.

3. Hipótese em que os embargos declaratórios são opostos com nítido caráter infringente.
4. O prequestionamento da matéria para efeito de interposição de recurso especial ou extraordinário perde a relevância, em sede de embargos de declaração, se não demonstrada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no artigo 1.022, do Código de Processo Civil/2015.
5. A reiteração dos embargos evidencia o intuito protelatório, devendo ser aplicada a sanção prevista no art. 1.026, §2º, do Código de Processo Civil/2015.
6. Embargos de declaração rejeitados. Aplicação de multa de 1% sobre o valor da causa" (fl. 266e).

Sustenta a parte ora agravante, nas razões do Recurso Especial, fundamentado nas alínea **a** do permissivo constitucional, violação aos arts. 57 e 58, da Lei 8.213/91.

Apresentadas contrarrazões (fls. 280/288e), o Recurso Especial foi inadmitido, na origem, advindo o presente Agravo.

Foi apresentada contraminuta (fls. 300/304e).

A parte agravante, em suas razões, afirma:

"Como se infere da leitura, a r. decisão recorrida houve por bem não admitir o recurso interposto entendendo que o acórdão não diverge do entendimento sufragado na instância superior.

A decisão agravada, ao mencionar duas decisões proferidas pelo STJ e afirmar que a data fixada para o termo inicial do benefício não diverge da orientação firmada pela instância superior, adentrou ao mérito da questão, usurpando a competência do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, extrapolando o simples exame dos requisitos de admissibilidade, realizando verdadeiro prejulgamento do recurso interposto.

Com efeito, se a Constituição da República, no artigo 105, inciso III, alínea 'a', confere ao Superior Tribunal de Justiça a competência para julgar, em recurso especial, as causas decididas em última instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando a decisão recorrida contrariar lei federal, ou negar-lhe vigência, é evidente que o JUIZ NATURAL para o exercício do juízo deliberatório relativamente ao recurso especial interposto é, exclusivamente, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, assim, é de rigor a reforma da decisão agravada.

Além disso, a decisão agravada extrapolou o simples exame de admissibilidade do recurso, pois, uma vez que, consoante a melhor doutrina, o direito de recurso se configura como extensão do direito de ação, inafastável o paralelo entre os requisitos necessários ao

exercício do direito de ação (condições da ação) e requisitos necessários ao julgamento do recurso; vale dizer, assim como o exercício do direito de ação está condicionado à existência de certos requisitos, cuja ausência impede o conhecimento do mérito, o exercício do direito de recurso também deverá observar certas condições, sem as quais não será apreciado.

(...)

Acresce destacar que, especificamente no que tange ao Recurso Especial com fulcro na letra 'a' do permissivo constitucional, a doutrina entende pelo cabimento deste recurso sempre que o Recorrente alegue a violação de lei federal.

Assim, é suficiente para ultrapassar o juízo de admissibilidade em se tratando de Recurso Especial interposto com fundamento na letra 'a' do permissivo constitucional, que se alegue adequadamente a violação à lei federal, nele prequestionado.

Nesse sentido é a opinião de José Carlos Barbosa Moreira, Teresa Arruda Alvim Wambier, Nelson Néri Júnior e Enrico Túlio Liebman. No mesmo diapasão é a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, manifestando expressa distinção entre juízo de admissibilidade de recurso e juízo de mérito, a seguir transcrita:

(...)

Como se vê do teor da decisão acima transcrita, o posicionamento jurisprudencial é claro no sentido de que basta a adequada alegação de violação a dispositivo constitucional para se ultrapassar o juízo de admissibilidade do recurso.

Assim, mutatis mutandis, é cabível (juízo de admissibilidade) o Recurso Especial toda vez que se alegue um dos motivos previstos pela lei para a interposição do recurso.

No caso dos autos, como se infere do exame das razões do recurso, o ente previdenciário alegou violação a dispositivo de lei federal, quais sejam, os artigos 57 e 58 da Lei 8213/91, os quais exigem a efetiva comprovação da insalubridade na atividade exercida e, no caso, contudo, a atividade especial somente pode ser comprovada pelos documentos de fls. 108/118, confeccionados somente no curso da demanda judicial e juntados aos autos em 16/09/2014, ou seja, após o requerimento administrativo - DER, que ocorreu em 27/01/2004.

Portanto, jamais o início do benefício poderia ter sido fixado no requerimento administrativo, pois nessa época a parte autora não comprovara a insalubridade dos períodos reconhecidos judicialmente, cujos documentos foram produzidos e juntados posteriormente ao requerimento, contrariando, assim, o artigo 57 e 58, da Lei 8213/91.

Assim, não havendo omissão imputado ao devedor, este não incorre em mora (artigo 396 do CC), portanto, não pode ser penalizado concedendo o benefício desde o requerimento administrativo.

Como corolário, o recurso interposto deveria ter sido admitido e

processado, determinando-se sua remessa ao Superior Tribunal de Justiça, urna vez que cumpridos todos os demais requisitos legais para tanto" (fls. 295/298e).

Do exame dos autos, verifica-se que a decisão agravada, para inadmitir o Recurso Especial, teve como fundamentos a convergência do entendimento do acórdão recorrido com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, quanto ao termo inicial do benefício.

A parte agravante, todavia, deixou de infirmar, especificamente e adequadamente, o fundamento de que o acórdão recorrido converge para o entendimento pacificado nesta Corte, limitando-se a ratificar as razões do Recurso Especial.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Tal entendimento, inclusive, está consolidado na Súmula 182/STJ, segundo a qual o recorrente deve infirmar, **especificamente**, os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o Agravo que não se insurge contra todos eles.

Ressalto que, "**fundamentada a decisão agravada no sentido de que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, deveria a recorrente demonstrar que outra é a posituação do direito na jurisprudência do STJ**" (STJ, AgRg no REsp 1.374.369/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 26/06/2013), **com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, o que não ocorreu, no caso.**

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. INSUFICIÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

2. Não se conhece do agravo em recurso especial que deixa de atacar especificamente e suficientemente os fundamentos da decisão de inadmissibilidade. Incidência do art. 544, § 4º, I, do CPC.

3. **Tendo a decisão de inadmissibilidade decidido que o acórdão recorrido estaria em sintonia com a jurisprudência do STJ (Súmula 83/STJ), compete à agravante demonstrar que o entendimento adotado pelo acórdão encontra-se em descompasso com o atual entendimento do STJ, trazendo para tanto**

precedentes do STJ favoráveis à sua tese recursal, ou que os precedentes invocados na decisão de inadmissibilidade não se aplicariam ao *casu*, por versarem sobre situações diversas, sendo insuficiente a mera alegação de que os precedentes invocados pela decisão de inadmissibilidade não formariam a jurisprudência uníssona do STJ e que o óbice da Súmula 83/STJ não se aplica aos recursos especiais interposto com base na alínea 'a' do permissivo constitucional. Nesse sentido: AgRg no AREsp 293.726/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 13/08/2013, DJe 26/08/2013.

(...)

6. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento" (STJ, EDcl no AREsp 527.100/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/08/2014).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende ser necessária a impugnação de todos os fundamentos da decisão denegatória da subida do recurso especial para que seja conhecido o respectivo agravo. Logo, a Súmula 182 desta Corte foi corretamente aplicada ao caso.

2. Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 630.126/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/09/2015).

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço do Agravo.**

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

